

Observatório Permanente de Análise e Acompanhamento da Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL (OPAIP)



Inserção profissional dos diplomados pela Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa em 2014

David Tavares (coord.)
Carina Silva
Hélder Raposo
Nuno Medeiros
Patrícia Correia

**Observatório Permanente de Análise e Acompanhamento da Inserção
Profissional dos Diplomados da ESTeSL (OPAIP)**



**Inserção profissional dos diplomados pela Escola
Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa em 2014**

David Tavares (coord.)
Carina Silva
Hélder Raposo
Nuno Medeiros
Patrícia Correia

Abril 2016

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	5
1. SOBRE AS TENDÊNCIAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DA SAÚDE DE LISBOA	6
2. NOTA METODOLÓGICA.....	11
3. PERCURSO E INVESTIMENTO ESCOLAR.....	13
4. INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.....	19
5. PERSPETIVAS DOS DIPLOMADOS.....	34
6. SÍNTESE DAS TENDÊNCIAS PRINCIPAIS	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 - Razões para o ingresso no curso.....	13
Quadro n.º 2 - Avaliação retrospectiva da decisão de entrada no curso.....	14
Quadro n.º 3 - Exercício de atividade profissional durante a frequência do curso	16
Quadro n.º 4 - Investimento em formação pós-graduada.....	17
Quadro n.º 5 - Situação face à profissão.....	19
Quadro n.º 6 - Tempo necessário à obtenção do primeiro emprego, desde a conclusão do curso.....	22
Quadro n.º 7 - Forma de obtenção do primeiro emprego, desde a conclusão do curso.....	24
Quadro n.º 8 - Tipo de instituição de exercício da atividade profissional (principal) atual.....	26
Quadro n.º 9 - Localização da instituição de exercício da atividade profissional.	28
Quadro n.º 10 - Regime de exercício da atividade profissional.....	30
Quadro n.º 11 - Acumulação do exercício profissional.....	30
Quadro n.º 12 - Tipo de vínculo laboral.....	31
Quadro n.º 13 - Remuneração líquida mensal.....	32
Quadro n.º 14 - Grau de adequação das funções profissionais relativamente à área de formação.....	34
Quadro n.º 15 - Tarefas não atribuídas no local de trabalho, apesar da capacidade para o seu exercício.....	35
Quadro n.º 16 - Grau de satisfação com a situação profissional atual.....	36
Quadro n.º 17 - Projetos profissionais.....	37

INTRODUÇÃO

Há seis anos, a Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTeSL) promoveu o primeiro estudo aprofundado sobre a incidência do desemprego e as diferentes formas de inserção profissional dos diplomados nos cursos aí ministrados. Até então, não existiam dados seguros sobre a dimensão real deste problema relacionado, em primeira instância, com as alterações profundas nos cenários de empregabilidade e inserção profissional dos diplomados do ensino superior nas diferentes áreas científicas e, em particular, no campo das tecnologias da saúde, verificadas a partir do início deste novo século.

Os resultados do estudo relativo aos licenciados em 2007 e 2008 permitiram identificar um conjunto de tendências observadas na inserção profissional dos diplomados pela ESTeSL, em diferentes dimensões, nomeadamente os diferentes modos de acesso à vida ativa e de inserção no mercado de trabalho, os percursos profissionais associados às trajetórias de inserção e às suas perspetivas e projetos de futuro.

Com o presente estudo, pretende-se comparar as tendências dos processos de inserção profissional destes diplomados relativamente aos que terminaram o seu curso recentemente (2014), com vista a identificar as principais linhas de continuidade e de mudança verificadas durante este período.

1. SOBRE AS TENDÊNCIAS DE INSERÇÃO PROFISSIONAL DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE TECNOLOGIA DA SAÚDE DE LISBOA

Em Portugal, sobretudo a partir de finais da década de 1980, têm-se acentuado as dificuldades de inserção profissional dos diplomados do ensino superior no âmbito das diferentes áreas científicas de formação. O desemprego entre os licenciados passa a consubstanciar-se como um problema social, num quadro de relativa massificação deste grau de ensino (Ministro *et al.*, 2010; Alves, N., 2009) e de recomposição do funcionamento do próprio mercado de trabalho, sob o efeito de dinâmicas económicas tendentes à (des)regulação dos mercados, à configuração de ciclos económicos mais curtos, voláteis e incertos e à precarização da mão-de-obra, qualificada e não qualificada, ainda que, em termos gerais, a população com o ensino superior tenda a ter mais e melhor emprego do que os restantes segmentos da população empregada.

Neste sentido, não obstante se poder sustentar que a ressonância deste problema social tenda a surgir frequentemente empolada e simplificada por alguns discursos e visões catastróficas acerca da perda de importância do ensino superior e da crescente desadequação da sua oferta formativa (Chaves, Morais e Nunes, 2009; Alves, M.G., 2010), este não deixa, todavia, de se constituir como um fenómeno estrutural cada vez mais complexo e problemático, no quadro de períodos de inserção cada vez mais longos e de diversificação das as posições no mercado de trabalho.

Neste contexto, alteram-se os “tradicionais” equilíbrios entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho, entre oferta e procura de mão-de-obra qualificada, bem como as formas e processos de transição do ensino superior para a atividade profissional, inviabilizando a possibilidade de estabelecimento de formas de ajustamento e de regulação entre o sistema de ensino e o sistema de emprego, entre a qualificação e as necessidades de mão-de-obra qualificada.

No caso específico do sector da saúde, também se têm verificado alterações profundas, desde logo nos cenários de empregabilidade, sobretudo por via da alteração da relação entre a oferta formativa e a oferta de trabalho/emprego. Até ao início do século XXI, o desemprego não constituía um problema, designadamente, nos diferentes grupos profissionais que compõem as áreas funcionais integrantes da carreira técnica de diagnóstico e terapêutica. Pelo contrário, verificava-se uma oferta de trabalho superior à procura, o mercado absorvia os diplomados, criando, até, a possibilidade de acumulação do exercício profissional para uma parte significativa destes profissionais.

Trata-se de um fenómeno que ancora, aliás, numa realidade mais estrutural, uma vez que têm sido precisamente as atividades económicas ligadas à saúde que têm vindo a registar percentagens mais elevadas de população empregada com o ensino superior. Tal significa, por um lado, que a articulação entre a estrutura do emprego e das qualificações tem dado origem a importantes e significativas alterações na estrutura ocupacional, no sentido em que se verificaram acréscimos significativos de profissionais qualificados com formação superior na população empregada (designadamente os especialistas das atividades intelectuais e científicas e os técnicos e profissões de nível intermédio) (Alves, Cantante, Baptista e Carmo, 2011), mas, por outro, também significa que se vai impondo um novo tipo de cenário, em que a transição do ensino superior para a atividade profissional traduz uma crescente heterogeneidade de condições e processos de inserção fortemente enquadrados num processo multidimensional que envolve dinâmicas sociais, económicas e políticas.

Assim, já não é mais a lógica exclusiva da empregabilidade a única a considerar, na medida em que se tende a verificar uma crescente proliferação de formas atípicas de emprego (Oliveira, Carvalho, Veloso, 2011) decorrentes de um quadro da flexibilização das relações laborais mas também de tipos de inserção mais dilatados no tempo e mais heterogéneos em termos dos diversos estatutos que, em particular, os jovens profissionais têm vindo a assumir (formandos, estagiários, etc.), protagonizando, assim, múltiplas trajetórias que se desenvolvem no decurso dos seus percursos profissionais. Por isso, e em termos de relações objetivas com o emprego, tendem a verificar-se baixas

remunerações salariais, formas de trabalho a tempo parcial e vínculos contratuais precários (como são, por exemplo, os contratos de prestação de serviços), o que não deixa de ser um elemento indicativo da relativização da importância dos títulos escolares, no sentido em que, em absoluto, estes não protegem da precariedade (Parente, *et al.*, 2011).

Em termos globais, estas dinâmicas acabam por estar em linha com as próprias projeções (no quadro da Estratégia Europa 2020) relativamente ao panorama europeu do emprego na área da saúde. Segundo estas estimativas, as tendências relativas ao envelhecimento da população e a consequente maior procura de cuidados de saúde remetem para um cenário de continuação (apesar de menos pronunciada do que a observada na última década) do crescimento deste sector, nomeadamente ao nível do número de empregos exigentes em termos de qualificações, embora estas tendências também sejam marcadas por fenómenos como a desigual distribuição dos profissionais de saúde ao nível dos países e regiões; a migração dos profissionais num mercado global devido às condições de trabalho e salariais (*brain drain*); ou a existência de estrangulamentos orçamentais nas políticas de saúde, o que pode redundar tanto na escassez de alguns profissionais de saúde em algumas áreas ou no próprio agravamento das suas condições concretas de trabalho (Marques, 2012).

Por estas razões, e ao tomarmos como referência a realidade da ESTeSL, a questão de fundo que, face a este quadro, se pode colocar é a de perceber se o percurso que de forma sustentada tem sido “tradicionalmente” trilhado na relação entre a oferta formativa e os contextos do exercício profissional mantem as suas condições de viabilidade ou se, pelo contrário, há hoje indicadores e tendências denotativas de uma certa falência dessa tendencial afinidade.

No caso desta última hipótese, importa perceber quais são, então, os indícios e as evidências reveladoras de novas dinâmicas e exigências, na medida em que para além das questões mais circunscritas da empregabilidade, vão-se tornando mais expressivas – tal como já referido – as formas atípicas de emprego marcadas pela precarização dos vínculos contratuais, pela volatilidade de modalidades de trabalho e emprego não permanentes, pelas

lógicas de (baixas) remunerações salariais baseadas em critérios como o pagamento «à peça» ou por tarefa, ou por tipos de inserção mais dilatados no tempo e mais heterogéneos em termos dos diversos estatutos que os jovens profissionais têm vindo a assumir. Claro que não sendo esta uma dinâmica necessariamente extensível a todas as áreas das tecnologias da saúde, é, no entanto, de toda a pertinência indagar em que medida algumas destas novas reconfigurações podem potencialmente inaugurar formas de desprofissionalização até agora desconhecidas, designadamente por via da generalização de práticas profissionais crescentemente estrangidas por condições “proletarizadas”.

Acresce a estas reconfigurações, o facto de que no contexto da saúde há hoje uma crescente proliferação de novos e distintos sectores empregadores (para além do convencional contexto hospitalar) (Tavares *et al.*, 2011), e, por outro, a constatação de que nos confrontamos com uma tendência de desregulação e reestruturação do mercado de trabalho no sector público (circunstância que acaba por ser adversa relativamente aos projetos profissionais dos grupos da saúde, concretamente ao nível das suas carreiras) (Tavares, 2013). Tal facto é em si mesmo elucidativo não só de uma diversificação das características e da oferta do mercado de trabalho mas também de uma crescente adaptação funcional a novas atividades num sector que se tem vindo a expandir e a diversificar, de acordo com pressupostos, características e condições igualmente diversas.

Para explorar estas interrogações de uma forma empiricamente sustentada, torna-se, portanto, necessário desenvolver formas de recolha sistemática e permanente deste tipo de informação o que no caso específico da ESTeSL se traduziu na recente criação do Observatório Permanente de Análise e Acompanhamento da Inserção Profissional dos Diplomados da ESTeSL (OPAIP). O presente estudo enquadra-se, assim, nas atividades do referido Observatório e constitui um desenvolvimento e uma atualização de um primeiro processo de recolha e análise de informação ocorrido há seis anos atrás, no âmbito de um estudo semelhante em termos metodológicos. No trabalho que agora se leva a cabo, o enfoque incidiu na realidade dos diplomados que concluíram o curso em 2014, tendo-se apostado no aprofundamento de uma

lógica comparativa relativamente aos que concluíram o curso em 2007 e 2008. Fazem-se, por isso, salientar tendências convergentes, mas também descontinuidades na realidade dos recém-licenciados nestas áreas, tanto em termos dos seus trajetos, como dos seus processos (e projetos) de inserção profissional.

2. NOTA METODOLÓGICA

O presente estudo surge na sequência do que tinha sido realizado há seis anos atrás. O objetivo é proceder a uma análise comparativa dos dados, com vista a identificar as linhas de continuidade e de mudança presentes, durante este período, nas principais tendências dos processos de inserção profissional dos diplomados pela ESTeSL. Neste sentido, trata-se de um estudo comparativo, onde se procede sistematicamente à comparação entre os indicadores das diferentes variáveis, obtidos em espaços temporais diferentes, separados por seis anos.

Tal como sucedera no estudo realizado há seis anos atrás, este também se enquadra numa abordagem quantitativa, centrada na operacionalização de variáveis e indicadores diretamente objetiváveis e quantificáveis. Neste contexto, a estratégia metodológica adotada privilegiou o recurso ao inquérito, no quadro de uma abordagem comparativa. Com vista a proceder à comparação entre os dados obtidos nos dois períodos atrás referidos, foi utilizado o mesmo formulário de inquérito, com alterações muito ligeiras decorrentes da experiência anterior que permitiram aperfeiçoar este instrumento, sem inviabilizar metodologicamente a análise comparativa.

Ao invés do que sucedera no estudo anterior em que o inquérito foi aplicado por questionário em suporte de papel, endereçado por via postal e com porte pago para permitir uma melhor receção, desta vez foi enviado *online* por *e-mail*, através da plataforma *LimeSurvey*. Em termos comparativos, esta ferramenta tem como vantagem principal permitir ultrapassar uma logística relativamente pesada e mais difícil de controlar, para além disso é menos dispendiosa, fator que, apesar de não ser decisivo, também não é de somenos importância no contexto das restrições financeiras suportadas pela ESTeSL e, de forma geral, pelas instituições públicas de ensino superior em Portugal.

A principal desvantagem associada aos inquéritos lançados por via *online* prende-se com o facto de assumirem uma essência potencialmente mais impessoal, com reflexos frequentes na percentagem mais baixa de respostas

obtidas (uma das razões para isto suceder está relacionada com o grande número de mensagens, de todo o tipo, que normalmente são enviadas por e-mail). Por isso, quer durante a fase prévia ao lançamento do inquérito, quer enquanto decorreu a fase de lançamento, foram tomados particulares cuidados na estratégia de comunicação utilizada, no sentido de procurar obter a maior percentagem de respostas possível.

O inquérito foi, pois, aplicado por questionário *online*, através da plataforma *LimeSurvey*, a todo o universo em estudo, composto pelo conjunto dos licenciados pela ESTeSL que concluíram a sua licenciatura em 2014. Encontram-se nesta situação 374 diplomados distribuídos pelos doze cursos de 1.º Ciclo ministrados nesta instituição de ensino que envolvem realidades distintas, considerando a especificidade do contexto de cada um deles e da respetiva inserção profissional. O lançamento do inquérito decorreu sensivelmente um ano após a conclusão da licenciatura por parte destes diplomados, ou seja, entre outubro e dezembro de 2015.

Responderam ao inquérito 301 licenciados, correspondentes a 80,5% do universo, percentagem muito significativa, tendo em conta a taxa de retorno considerada bastante aceitável para este tipo de trabalhos, realizados em diferentes instituições de ensino superior. Com efeito, os valores normais deste tipo de inquéritos (sobre a inserção profissional de diplomados do ensino superior) «estabelecem precisamente o limite de 30% como o valor expectável de retorno dos questionários na ausência de esforços complementares» (Alves, N., 2005: 14). Comparativamente ao inquérito realizado há seis anos atrás, verificou-se um aumento muito significativo da taxa de resposta (de 45% para 80,5%), fator que, obviamente, aumenta a fiabilidade dos resultados.

3. PERCURSO E INVESTIMENTO ESCOLAR

Neste ponto, procede-se à análise de indicadores relativos ao percurso escolar (razões para o ingresso no curso, existência ou não de algum tipo de experiência profissional durante a frequência do curso, avaliação retrospectiva feita com base na experiência atual acerca da decisão pelo curso concluído na ESTeSL) e ao investimento escolar em formação pós-graduada.

Quadro n.º 1 - Razões para o ingresso no curso

Razões para o ingresso no curso	N	%
Por ser um curso com boas saídas profissionais	66	21,9
Por ser um curso para o qual tinha média suficiente para entrar	18	6,0
Por ser um curso na área da saúde	174	57,8
Por outro motivo	43	14,3
Total	301	100

O motivo principal apontado pela maioria (57,8%) dos recém-diplomados da ESTeSL para o ingresso no(s) curso(s) entretanto concluído(s) prende-se com o facto de se tratar de “um curso na área da saúde”, razão que está associada, em primeira instância, a motivações predominantemente vocacionais ou mesmo relacionadas com um certo *ethos* de serviço presente em representações sociais das profissões qualificadas do sector da saúde. A resposta a esta questão deixa transparecer, no plano das representações sociais, uma relativa disseminação da ideia de que a área da saúde comporta uma diferenciação positiva. Quando se considera a distribuição das respostas segundo o curso de licenciatura, este padrão revela uma grande transversalidade, com a grande maioria dos inquiridos a indicar a razão dos cursos serem da área da saúde (em alguns cursos, como Análises Clínicas e Saúde Pública ou Fisioterapia, as respostas ultrapassam os 70%), sendo menos frequentes os casos dos cursos foram escolhidos pela maioria dos diplomados por estarem associados às boas saídas profissionais, como sucede com os cursos de Farmácia (69,2%) e de Saúde Ambiental (52,9%).

Considerando o conjunto dos diplomados pela ESTeSL em 2014, esta razão que remete para o respetivo curso ser percecionado como tendo “boas saídas profissionais” (21,9%), é expressa por uma percentagem claramente menor, mas ainda assim considerável de licenciados. Em termos globais há, desde logo, a ressaltar a ideia de que esta tendência geral de resposta já se verificava no estudo anterior relativo aos diplomados em 2007 e 2008, embora se acentue significativamente o motivo relacionado com “ser um curso na área da saúde” (referido por 39,8% dos licenciados em 2007 e 2008 e por 57,8% dos licenciados em 2014).

Quadro n.º 2 - Avaliação retrospectiva da decisão de entrada no curso

Avaliação retrospectiva da decisão de entrada no curso	N	%
Matriculava-se no mesmo curso	182	60,5
Matriculava-se noutro curso	115	38,2
Não se matriculava em nenhum curso superior	4	1,3
Total	301	100

Quando questionados sobre o que fariam hoje no que diz respeito ao ingresso no curso concluído na ESTeSL, 60,5% dos diplomados afirma que fariam o mesmo, ao passo que 38,2% refere que se matriculariam noutro curso. Em termos globais, verifica-se uma convergência tendencial com os dados anteriores, uma vez que a distribuição do sentido das respostas dos que concluíram as suas licenciaturas em 2007 e 2008 se organiza no mesmo sentido, embora se acentue ligeiramente a tendência dominante (antes, 55,7% referiram que se matriculariam no mesmo curso). A tendência dominante no sentido de uma avaliação retrospectiva positiva (“matriculava-se no mesmo curso”) é comum a 9 dos 12 cursos lecionados na ESTeSL em 2014, correspondendo as exceções a cursos que atualmente já não são lecionados nesta instituição.

Todavia, apesar de ter diminuído ainda que ligeiramente entre 2008 e 2014, mantém-se elevada a percentagem dos que, olhando para a sua formação, afirmam que não se matriculariam no mesmo curso (39,5%), mantendo-se para cerca de quatro em cada dez diplomados da ESTeSL a clivagem entre as expectativas criadas no início e/ou durante o período de formação e as

disfuncionalidades laborais e de carreira detetadas no âmbito da experiência de relação com o mundo do trabalho.

De facto, a avaliação retrospectiva da entrada no curso não é independente da relação dos diplomados com a inserção no mercado de trabalho, assim a avaliação negativa do curso (“se fosse hoje matriculava-se noutra curso”) é expressa pela maioria (59,4%) dos que estão desempregados ou à procura do primeiro emprego e por metade (50%) dos que estão a trabalhar noutra área de atividade profissional, por sua vez a maioria dos que obtiveram emprego afirma que hoje se voltaria a matricular no mesmo curso (em qualquer dos intervalos temporais considerados para a obtenção do primeiro emprego, as respostas relativas à opção de se matricular no mesmo curso ultrapassa sempre os 60%).

Do mesmo modo, a avaliação retrospectiva da entrada no curso também não é, de modo algum, independente do grau de satisfação com a situação profissional - cerca de três quartos (74,3%) dos que expressam maior insatisfação (“não estão “nada satisfeitos”) e a maioria (53,8%) dos que se afirmam “pouco satisfeitos” com a sua situação profissional atual optariam hoje por se matricular noutra curso, pelo contrário a generalidade dos que se consideram “muito satisfeitos” (85,7%) e cerca de dois terços (66,7%) dos que se consideram “satisfeitos” optariam novamente pelo curso realizado na ESTeSL. Estes dados são, de certo modo, reveladores da importância que assume a inserção profissional nas representações sociais dos diplomados e, neste caso, na avaliação global que fazem dos cursos.

Também se confirma a tendência para constituírem uma percentagem irrelevante (1,3%) os recém-licenciados que, olhando para trás, não se matriculariam em nenhum curso superior, confirmando as conclusões do estudo realizado relativamente aos diplomados pela ESTeSL em 2007 e 2008, bem como de diversos estudos que tomam por objeto diplomados em diferentes contextos formativos do ensino superior em Portugal, ao salientarem que se atualmente a posse de um diploma “não representa uma garantia absoluta de acesso a um emprego [...], a sua ausência fragiliza e estigmatiza a capacidade de inserção profissional do jovem licenciado, bem como o seu

poder de negociação e de reconhecimento das qualificações académicas” (Marques, 2009: 90).

Quadro n.º 3 - Exercício de atividade profissional durante a frequência do curso

Exercício de atividade profissional durante a frequência do curso	N	%
Sim	56	18,6
Não	245	81,4
Total	301	100

A larga maioria dos diplomados (81,4%) nunca exerceu qualquer atividade remunerada enquanto frequentava o curso, por sua vez um pouco menos de um quinto desses diplomados (18,6%) teve alguma forma de experiência profissional prévia à obtenção da licenciatura. Estes valores também revelam uma continuidade da tendência verificada relativamente aos diplomados em 2007 e 2008 em que a percentagem dos que acumularam a formação com uma atividade profissional remunerada durante os três primeiros anos do curso¹ foi de 19,5% (face aos 18,6% atuais).

Trata-se de uma tendência geral globalmente extensível aos diplomados de todos os cursos da ESTeSL, embora se verifiquem diferenças expressas num intervalo que varia entre os 7,7% (Medicina Nuclear) e os 30% (Radioterapia) de licenciados com experiência profissional prévia à conclusão deste ciclo de estudos.

Verifica-se uma relação evidente entre a experiência profissional anterior dos diplomados e a sua situação atual. De facto 21,4% dos que se encontram inseridos no mercado de trabalho, nas suas diferentes modalidades, têm experiência de trabalho anterior à conclusão da licenciatura, valor bem diferente dos que não têm essa experiência (6,9%).

¹ O estabelecimento de comparações entre os diplomados em 2014 e em 2007/2008 só é possível, considerando, para o segundo caso, os três primeiros anos do curso (equivalentes ao grau de bacharelato), pois nesse período ainda decorria a fase final do ciclo das licenciaturas bietápicas, fator que enviesaria os dados na medida em que a composição heterogénea de estudantes que frequentavam o 4.º ano (que conferia o grau de licenciatura) originava a presença “automática” de profissionais integrados no mercado de trabalho nas diferentes áreas das tecnologias da saúde que «regressavam» à instituição de ensino para realizar o 4.º ano e obter o grau de licenciatura.

Quadro n.º 4 - Investimento em formação pós-graduada

Investimento em formação pós-graduada	N	%
Sim	59	19,6
Não	242	80,4
Total	301	100

Nos últimos anos, observa-se uma redução (ainda que pouco acentuada) dos investimentos escolares de natureza pós-graduada por parte dos diplomados da ESTeSL, de facto cerca de um quinto (19,6%) dos licenciados em 2014 inscreveu-se em programas de formação deste tipo comparativamente aos 23,7% fez o mesmo em 2007 e 2008.

Por um lado, seria previsível que, nestes anos, tivesse aumentado o investimento dos diplomados da ESTeSL na sua formação académica, considerando as tendências dos processos de profissionalização dos respetivos grupos profissionais (i), o aumento da oferta de formação pós-graduada, quer por parte da instituição de ensino em que estes antigos estudantes se diplomaram, quer pelas restantes instituições de ensino do âmbito da área da saúde e das outras áreas científicas que de alguma forma se relacionam com o campo da saúde (ii), as eventuais vantagens da formação na relação com o mercado de trabalho e com a prática profissional (iii) e os seus próprios projetos profissionais - 23,9% expressam que «aumentar a formação» constitui o seu principal projeto profissional, só por si um valor superior aos que se inscreveram num curso pós-graduado (IV), aliás apenas um em cada quatro diplomados (25%) que tem como principal projeto futuro de médio prazo (nos próximos três anos) o investimento na formação é que se inscreveu efetivamente num curso pós-graduado após a conclusão da licenciatura. Por outro lado, a tendência observada pode ser explicada pelo embate dos impactos conjunturais e contextuais negativos da situação vivida em Portugal nos últimos anos, que está certamente associada a uma relativa inflexão da procura dos cursos de 2.º ciclo.

Trata-se, no entanto, de um valor que acaba por comportar uma relativa heterogeneidade, se forem tidos em consideração os cursos obtidos pelos diplomados. Isto significa que os processos de investimento escolar parecem ter uma centralidade diferenciada quando se considera o cruzamento com esta variável, uma vez que o intervalo entre os diferentes cursos de proveniência dos que enveredaram por um processo de prolongamento da sua formação é dilatado, estando compreendido entre os 6,3% (Cardiopneumologia) e os 35,7% (Fisioterapia).

4. INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Através da mobilização de indicadores mais diretamente relacionados com as condições, características e dinâmicas do exercício do trabalho e das diferentes modalidades de emprego, é possível desenvolver um retrato relativamente detalhado no que diz respeito à realidade da inserção profissional dos diplomados da ESTeSL.

Quadro n.º 5 - Situação face à profissão

Situação face à profissão	N	%
Está a trabalhar numa atividade profissional diretamente relacionada com o curso que completou na ESTeSL	175	58,1
Está a trabalhar noutra área de atividade profissional	22	7,3
Está a realizar um estágio profissional	46	15,3
Continua a estudar	26	8,6
Procura o primeiro emprego/ Está desempregado/a	32	10,6
Total	301	100²

A comparação entre a situação face à profissão dos diplomados pela ESTeSL em 2014 e nos anos de 2007/2008 revela diferenças pouco acentuadas, isto num período de forte recessão económica e de aumento do desemprego que se reflete transversalmente em diversas áreas de atividade profissional, incluindo as do campo da saúde. Deste modo, 80,7% dos licenciados pela ESTeSL em 2014 insere-se, de alguma forma, no mercado de trabalho, percentagem ligeiramente inferior à que se verificava em 2007 e 2008 (84,1%).

Contudo, observam-se alterações significativas relativamente ao modo de inserção profissional destes diplomados.

Um dado relevante, a este nível, prende-se com a diminuição percentual dos que trabalham numa atividade profissional diretamente relacionada com o curso realizado na ESTeSL que em 2007 e 2008 constituíam 76,6% do total e

² Com vista a não se alterarem as percentagens reais, a soma total não sujeita a arredondamento seria de 99,9%.

em 2014 passam a representar 58,1% do total. Este indicador varia muito em função dos diferentes cursos, estabelecendo-se um intervalo muito amplo entre o valor mínimo de 28,6% (Dietética e Nutrição)³ e máximo de 91,7% (Análises Clínicas e Saúde Pública). Todavia, se acrescentarmos a esta percentagem (58,1%), a dos que estão a realizar um estágio profissional que se reporta necessariamente a uma atividade profissional diretamente relacionada com o curso, este valor aumenta para 73,4%, diminuindo as diferenças registadas relativamente a 2007 e 2008 (82%).

Assim, aumenta a percentagem dos que estão a realizar um estágio profissional (15,3% dos diplomados em 2014 e 5,4% em 2007/2008). No contexto atual, se por um lado os estágios poderão constituir um indicador de maior precarização e simultaneamente um expediente que pode ser a face visível de formas atípicas de emprego, por outro lado não deixa de constituir uma primeira via de acesso ao mercado de trabalho, basta verificar que pouco menos de um terço (29,6%) dos licenciados pela ESTeSL em 2014 acedeu ao primeiro emprego através de um estágio curricular (16,9%) ou profissional (12,7%).

Verifica-se igualmente um aumento substancial dos que prosseguem os estudos em exclusividade (8,6%), comparativamente aos diplomados de 2007 e 2008 (1,9%). Se por um lado, a continuidade dos estudos adia a entrada destes recém-licenciados no mercado de trabalho, representando também, por vezes, um recurso face às dificuldades de inserção neste domínio, por outro lado o prosseguimento da formação por via de cursos pós-graduados consubstancia-se como um importante indicador de investimento futuro na carreira profissional, fator particularmente importante no quadro dos processos de profissionalização dos grupos qualificados do setor da saúde. Também aqui se verifica uma grande variação em função dos diferentes cursos da ESTeSL, em determinados cursos (Cardiopneumologia, Dietética e Nutrição, Ortoprotesia e Radioterapia) nenhum dos diplomados, em 2014 continua

³ Os dados relacionados com o curso de Dietética e Nutrição, no que concerne à situação profissional atual, sofrem de um relativo enviesamento, conforme é exposto na página seguinte do presente relatório. Contudo, não se trata do único curso em que a percentagem dos que trabalham numa atividade profissional diretamente relacionada com o curso realizado na ESTeSL se situa abaixo dos 30%, mantendo-se a grande variação entre os diplomados dos diferentes cursos, no que concerne a este indicador.

exclusivamente a estudar, noutros esse valor é considerável (Medicina Nuclear: 34,6% e Saúde Ambiental: 29,4%).

A percentagem dos que procuram o primeiro emprego ou estão desempregados não se alterou significativamente em seis anos. Numa primeira leitura constata-se uma ligeira subida do desemprego entre os licenciados da ESTeSL em 2014 (10,6%, face aos 8,4% em 2007 e 2008), todavia há outros fatores que devem ser considerados nesta análise.

Um primeiro aspeto prende-se com o eventual enviesamento dos dados relativos a esta variável (situação face à profissão) no que concerne ao curso de Dietética e Nutrição. Com efeito, conforme referido anteriormente a propósito da metodologia seguida no presente estudo, os dados foram recolhidos por inquérito cerca de um ano após o término da licenciatura pelos diplomados, para se poder aferir as formas de inserção profissional, acontece que o curso de Dietética e Nutrição é o único dos cursos ministrados na ESTeSL que se reporta a um grupo profissional cuja atividade é regulada por uma associação pública profissional - a Ordem dos Nutricionistas - que regula o acesso à profissão, fazendo-o depender, em primeira instância após a conclusão da licenciatura, de um estágio com a duração mínima de seis meses. Assim, o período que decorre entre a fase em que os diplomados podem aceder ao mercado de trabalho e a realização do estudo é claramente inferior a um ano, ou seja, não decorreu o tempo suficiente para aferir as formas de inserção profissional dos licenciados neste curso. É este motivo que explica o facto de 35,7% dos diplomados em Dietética e Nutrição ainda estarem, no período em que o inquérito foi aplicado, a realizar um estágio profissional que provavelmente corresponde àquele que regulamentamente garante o acesso ao início do exercício da profissão.

Se forem retirados os licenciados em Dietética e Nutrição, a percentagem de desempregados entre os diplomados da ESTeSL em 2014 é de 8,8%, uma percentagem muito semelhante à registada para os que se diplomaram em 2007 e 2008 (8,4%). Se a este valor forem retirados igualmente os resultados referentes a cursos que existiam em 2014, mas que se encontram atualmente em fase de extinção devido à reestruturação em vigor desde 2015, a percentagem de desempregados entre os diplomados na ESTeSL em 2014

reduzir-se-ia para 4,6%, claramente inferior à apurada para os diplomados em 2007 e 2008. O desemprego dos licenciados também varia, portanto, em função dos cursos, constituindo um valor residual em metade dos cursos, havendo casos em que nenhum diplomado está em situação de desemprego (Análises Clínicas e Saúde Pública, Ortóptica e Saúde Ambiental).

Um elemento diferenciador no âmbito da inserção profissional, já identificado relativamente aos diplomados de 2007 e 2008 e que se volta a confirmar, prende-se com a importância relativa assumida pela média final na inserção profissional na área diretamente relacionada com o curso realizado. Assim, quanto mais elevada é a classificação obtida, maior é a percentagem dos que estão a trabalhar numa atividade profissional diretamente relacionada com o curso obtido na ESTeSL, estão nesta situação 62% dos que concluíram o curso com média final de 16 ou mais valores e 52% dos que o fizeram com uma média final inferior a 14 valores. Por sua vez, nenhum (0%) dos que terminaram o curso com uma média situada nos valores mais elevados (16 valores ou mais) trabalha noutra área de atividade profissional que não esteja relacionada com o(s) curso(s) obtido(s) na ESTeSL, ao contrário do que sucede com 8% dos que obtiveram uma média final de curso compreendida entre os 14 e os 15 valores e 12% dos que obtiveram uma média final de curso inferior a 14 valores.

Quadro n.º 6 - Tempo necessário à obtenção do primeiro emprego, desde a conclusão do curso.

Tempo necessário à obtenção do primeiro emprego, desde a conclusão do curso	N	%
Um mês ou menos	92	30,6
Entre 2 e 6 meses	89	29,6
Entre 7 e 12 meses	40	13,3
Mais de 12 meses	19	6,3
Estou à procura do primeiro emprego	44	14,6
Não Responde	17	5,6
Total	301	100

No que diz respeito ao tempo de obtenção do primeiro emprego após a conclusão do curso, verifica-se que 60,2% dos recém-diplomados concretizou o

processo de transição para o mercado de trabalho num período igual ou inferior a seis meses.

Se é certo que estes valores indicam que o padrão geral de duração média de obtenção do primeiro emprego dos recém-diplomados não é muito dilatado no tempo (sendo também congruentes com os resultados de vários estudos sobre diplomados do ensino superior público - Gonçalves *et al.*, 2006; Chaves, 2007), os mesmos não deixam, todavia, de configurar uma relativa inflexão, nomeadamente quando se estabelece uma comparação com a mesma realidade dos diplomados pela ESTeSL há seis anos atrás. Neste caso, e para o mesmo intervalo temporal, verifica-se que os valores atuais (60,2% em 2014) representam uma diminuição face aos 72,1% que obtinham o primeiro emprego nos primeiros seis meses após a conclusão do curso em 2007 e 2008 mas observa-se uma descida mais pronunciada em termos relativos, quando se considera exclusivamente os que obtiveram emprego ao fim de um mês ou menos (40,7% em 2007/2008 e 30,6% em 2014), o que evidencia a maior demora e, conseqüentemente, a maior dificuldade em concretizar no imediato estes processos de transição, ideia reforçada pela constatação que todas as categorias de resposta remetem para períodos mais dilatados (entre 7 e 12 meses, e mais de 12 meses, 19,6% em 2014 face aos 12,9% em 2007 e 2008) ou para as situações em que os diplomados ainda procuram o primeiro emprego (14,6% em 2014, incluindo desempregados bem como parte dos que prosseguem os estudos e simultaneamente estão à procura de emprego, face aos 10,2% anteriores).

Mesmo considerando esta relativa inflexão verificada nos últimos anos, vale a pena referir o valor estratégico dos diplomas obtidos no quadro do ensino superior, sobretudo quando se estabelece como ponto comparativo o desemprego ou o tempo médio de obtenção do primeiro emprego dos jovens licenciados em relação aos que não possuem licenciatura. Assim, e sendo verdade que os períodos de desemprego e inatividade, bem como as modalidades de trabalho e emprego não permanentes, se vão tornando fenómenos mais frequentes junto dos licenciados (Marques, 2009), o que, não obstante, se verifica é que o desemprego de longa duração é menor nos jovens licenciados e que apesar de se desenharem tendências gerais reveladoras do

aumento do tempo de obtenção do primeiro emprego entre os diplomados, as suas situações são relativamente favoráveis em comparação com o desemprego dos que não possuem esse nível de qualificação (Gonçalves *et al.*, 2006). Em termos comparativos, e tomando como referência o padrão geral da duração média de procura do primeiro emprego dos jovens diplomados na Europa, verifica-se que este valor é de 5,9 meses (Gonçalves *et al.*, 2006) e em Portugal os jovens licenciados que não conseguem obter emprego nos primeiros meses após a conclusão do curso tendem a concretizar a sua inserção no mercado de trabalho ao longo do tempo, ao ponto do total de desempregados após cinco anos sobre a conclusão do curso ser muito residual (Gonçalves *et al.*, 2006; Chaves, 2007).

Quando são considerados os cursos de origem dos recém-diplomados, também se constata a existência de um panorama relativamente heterogéneo, pois enquanto a maioria dos licenciados de alguns cursos (Análises Clínicas e Saúde Pública, Farmácia e Ortóptica) apresentam tempos médios de obtenção do primeiro emprego baixos (1 mês ou menos), noutros cursos esse período é mais longo.

Quadro n.º 7 - Forma de obtenção do primeiro emprego, desde a conclusão do curso

Forma de obtenção do primeiro emprego, desde a conclusão do curso	N	%
Na sequência de um estágio curricular	40	16,9
Na sequência de um estágio profissional	30	12,7
Através de contactos pessoais	58	24,5
Através de resposta a um anúncio / concurso	82	34,6
De outra forma	27	11,4
Total	237	100⁴

As formas predominantes de inserção no mercado de trabalho dos diplomados pela ESTeSL em 2014 são as “respostas a anúncios/concursos” (34,6%), estágios (29,6%), curriculares (16,9%), profissionais (12,7%) e “contactos pessoais” (24,5%). A comparação com os dados obtidos há seis anos atrás evidencia alterações relevantes que se prendem com a diminuição do peso

⁴ Com vista a não se alterarem as percentagens reais, a soma total não sujeita a arredondamento seria de 100,1%.

relativo do património de relações sociais (os “contactos pessoais” constituíam a principal forma de obtenção do primeiro emprego dos diplomados da ESTeSL em 2007 e 2008, representando então uma percentagem de 31,1%, superior aos 24,5% atuais) em detrimento de formas aparentemente mais alinhadas com os mecanismos da oferta e da procura, sugestivas da existência de uma articulação mais sequencial entre qualificação e trabalho (não obstante as características objetivas das suas condições poderem ser bastante variáveis), como são as “respostas a anúncios/concursos” (34,6%) e os estágios (29,6%) que, agregados, se consubstanciam como modo de obtenção do primeiro emprego de quase dois terços (64,2%) dos diplomados pela ESTeSL em 2014, valor claramente superior aos 42,2% que obtinham emprego por estas vias há seis anos atrás.

Estes dados evidenciam particularmente a importância crescente que assumem os estágios (curriculares e profissionais) na obtenção do primeiro emprego pelos recém-diplomados na ESTeSL, cuja percentagem aumentou nos últimos anos (entre 2007/2008 e 2014) de 15,9% para 29,6%, sendo atualmente a forma de obtenção de emprego de pouco menos de um terço dos diplomados pela ESTeSL.

À semelhança do que sucede com outras variáveis, verificam-se diferenças acentuadas entre os cursos concluídos pelos diplomados e as formas predominantes de obtenção do primeiro emprego, por exemplo as percentagens dos que o fizeram através da “reposta a um anúncio/concurso” variam num intervalo muito amplo, situado entre o valor mínimo de 22,2% (Radioterapia) e o valor máximo de 81,8% (Medicina Nuclear).

Quando para efeitos desta análise se considera o papel que a média final de curso pode apresentar nas formas como, diferenciadamente, os diplomados conseguiram obter o seu primeiro emprego, emerge como um dado relevante o facto da maior preponderância dos contactos pessoais ser razoavelmente mais notória entre os licenciados com as médias mais baixas (38,1% dos que concluíram o curso com uma nota entre 10 e 13 valores, face a 18,9% dos que o concluíram com 16 ou mais valores), ao passo que a situação inversa se verifica quando a forma de obtenção do emprego decorre de um estágio curricular (24,3% de diplomados com 16 ou mais valores face a 9,5% com a

média situada entre os 10 e os 13 valores). Estas diferenças acabam, assim, por mostrar que embora não exista uma relação necessariamente linear, a média final de curso parece constituir-se como um mecanismo que aproxima as formas de obtenção do emprego a uma lógica mais assente no mérito e menos dependente da capitalização do património de relações pessoais.

Em matéria daquilo que podemos designar de trajetórias de inserção profissional, há vários indicadores e resultados que permitem compreender melhor a própria processualidade da transição para o mercado de trabalho.

Quadro n.º 8 - Tipo de instituição de exercício da atividade profissional (principal) atual

Tipo de instituição de exercício da atividade profissional (principal) atual	N	%
Hospital público	48	20,3
Hospital privado	28	11,8
Centro de Saúde	2	0,8
Clínica privada/ Consultório	47	19,8
Empresa	84	35,4
Outro tipo de instituição	28	11,8
Total	237	100

Começando por considerar o tipo de instituição em que é exercida a atividade profissional principal, confirmam-se e acentuam-se as tendências identificadas há seis anos atrás, no sentido da diluição da tradicional centralidade das instituições hospitalares públicas na inserção profissional dos diplomados da ESTeSL que passa a ocorrer prioritariamente no setor privado, num contexto de diversificação das instituições empregadoras que incluem, por exemplo, farmácias comunitárias, laboratórios privados, centros óticos, organismos públicos do Estado, câmaras municipais, ginásios, escolas, clubes desportivos, associações sem fins lucrativos, instituições particulares de solidariedade social (IPSS), organizações não governamentais (ONG's) e militares (Forças Armadas).

⁵ Com vista a não se alterarem as percentagens reais, a soma total não sujeita a arredondamento seria de 99,9%.

Em termos globais, são justamente as empresas (35,4%) aquelas que se constituem como as instituições onde cada vez mais diplomados da ESTeSL exercem o seu trabalho (em 2007 e 2008 constituíam 25,4%), as clínicas/consultórios privados empregam 19,8% (em 2007 e 2008 empregavam 15,3%), os hospitais privados 11,8% (face aos 5,1% de há seis anos atrás) por sua vez os hospitais públicos integram 20,3%, quando em 2007 e 2008 integravam 23,7%. Esta tendência traduz as mutações operadas no contexto do mercado de trabalho na área da saúde em consequência das alterações verificadas nas orientações relativas às políticas de saúde no sentido da diminuição do peso do Estado e do crescimento acentuado do setor privado na prestação de cuidados de saúde. Contudo, não se trata de uma tendência comum a todos os cursos ministrados na ESTeSL, existem cursos em que a maioria ou uma grande parte dos recém-diplomados trabalha em hospitais públicos (Medicina Nuclear: 54,5%; Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica: 52,6%; Cardiopneumologia: 41,4%;) em Portugal e, sobretudo, fora de Portugal, particularmente no Reino Unido, por sua vez a inserção em contexto hospitalar também é predominante na empregabilidade dos licenciados em Radiologia (52,1%) mas ocorre basicamente no contexto dos hospitais privados (47,8%).

O exercício profissional em contextos mais ligados aos Cuidados de Saúde Primários (como são privilegiadamente os habitualmente designados “Centros de Saúde”) é praticamente inexistente (0,8%), tendo inclusivamente diminuído o seu (escasso) peso nos últimos seis anos (entre os diplomados de 2007 e 2008 a percentagem era de 3%), não obstante, no âmbito da Reforma dos Cuidados de Saúde Primários, este setor ser assumido nos discursos dos decisores políticos como uma área de desenvolvimento estratégico no quadro das políticas públicas na saúde. Em linha com o que já havia sido identificado há seis anos atrás, trata-se, portanto, de um domínio que está claramente sub-explorado do ponto de vista das áreas de intervenção profissional dos licenciados da ESTeSL.

Quadro n.º 9 - Localização da instituição de exercício da atividade profissional

Localização da instituição de exercício da atividade profissional	N	%
Norte	6	2,5
Centro	27	11,3
Área Metropolitana de Lisboa	152	63,9
Sul	18	7,6
Regiões Autónomas	7	2,9
Fora do País	28	11,8
Total	238	100

No que diz respeito à localização da instituição de exercício da atividade profissional principal, verifica-se, em linha com o que já se tinha observado há seis anos atrás, que a larga maioria dos diplomados trabalha na Área Metropolitana de Lisboa (63,9% face a 59,6% verificados em 2007 e 2008), sendo relativamente pouco expressivas as percentagens referentes ao exercício do trabalho noutras regiões.

Com efeito, esta evidência torna-se ainda particularmente mais notória quando se procede ao seu cruzamento com a variável relativa ao concelho de origem dos diplomados, no sentido em que daqui resulta uma boa medida do tipo de mobilidade geográfica verificada no contexto da sua inserção profissional. O aspeto que a este respeito mais se salienta é a grande atratividade da Área Metropolitana de Lisboa. Assim, se é verdade que 73% dos provenientes desta região aí se mantiveram após estarem inseridos no mercado de trabalho, não menos significativo é o facto de, com a exceção dos licenciados oriundos da Região Autónoma dos Açores, uma percentagem considerável (sempre acima dos 33%) dos provenientes de todas as outras regiões (incluindo a Região Autónoma da Madeira) estarem a trabalhar na Área Metropolitana de Lisboa.

Paralelamente a este fenómeno, o outro padrão que também assume significado refere-se a uma relativa ausência de mobilidade geográfica. Assim, a generalidade (90,4%) dos diplomados provenientes de fora da Área Metropolitana de Lisboa que acabam por não ficar a trabalhar nesta região nem noutra país, inserem-se profissionalmente nas suas regiões de origem, o que

configura duas tendências dominantes: a inserção profissional ocorre privilegiadamente na Área Metropolitana de Lisboa ou, em alternativa, concentra-se nos locais de origem dos licenciados. As situações em que estes trabalham noutra concelho (que não a Área Metropolitana de Lisboa ou a sua região de origem) são, efetivamente, residuais (4,2%).

O dado novo respeita aos que trabalham fora do país (11,8%) e é, em si mesmo, revelador de um fenómeno social relativamente recente, relacionado com a emigração de mão-de-obra qualificada do setor da saúde, particularmente para o Reino Unido que, todavia, se concentra em determinados cursos, nomeadamente Medicina Nuclear (54,5%), Anatomia Patológica, Citológica e Tanatológica (45%), Ortoprotesia (27,3%) e Cardiopneumologia (24,1%). Ao contrário das tendências verificadas em Portugal, a maior parte destes emigrantes está colocada em hospitais públicos integrados no Serviço Nacional de Saúde (predominantemente no Reino Unido - *National Health Service*), 81,5% (a percentagem global é de 20,3% e os que trabalham em território português nos hospitais públicos constituem 12,4% do total), têm vínculos profissionais estáveis (63%, a percentagem global é de 32,1%), desempenham funções “totalmente adequadas” à sua formação académica (81,5%, a percentagem global é de 48,5%) e revelam maior satisfação com a sua situação profissional (51,9% estão muito satisfeitos - a percentagem global é de 20,9%).

Quadro n.º 10 - Regime de exercício da atividade profissional

Regime de exercício da atividade profissional	N	%
Tempo inteiro	200	84,4
Tempo parcial	37	15,6
Total	237	100

Quadro n.º 11 - Acumulação do exercício profissional

Acumulação do exercício profissional	N	%
Sim	29	12,6
Não	202	87,4
Total	231	100

Quando considerados o regime em que é exercida a atividade profissional principal e a acumulação do exercício profissional, verifica-se um padrão de convergência com as tendências já anteriormente apontadas pelos dados de há seis anos atrás, predominando o regime de exercício a tempo inteiro (84,4%) e a concentração da atividade profissional numa só instituição (87,4%). Aliás, se os valores já eram relativamente expressivos quanto a estas tendências (71,9% e 68,3% em 2007 e 2008), expressando assim um contraste relativamente a um panorama anterior (fim dos anos 1990) em que era comum existir uma oferta de trabalho superior à procura bem como a possibilidade de acumulação do exercício profissional (Tavares, 2007), agora esse contraste é ainda mais nítido, dado que são menos significativos os valores do trabalho a tempo parcial ou da acumulação de atividade em duas ou mais instituições. Tal tende a verificar-se junto dos diplomados da grande maioria dos cursos, embora existam algumas exceções (nomeadamente ao nível da possibilidade de acumulação do exercício), mas que, ainda assim, não se traduzem em valores muito elevados (no máximo, 27,3% em Ortoprotesia).

Quadro n.º 12 - Tipo de vínculo laboral

Tipo de vínculo laboral	N	%
Prestação de serviços (recibos verdes ou semelhante)	61	31,3
Contrato a termo certo / a prazo	61	31,3
Contrato por tempo indeterminado / efetivo (ou Quadro)	63	32,3
Outro tipo	10	5,1
Total	195	100

Comparativamente aos dados obtidos há seis anos atrás, continua a verificar-se que uma percentagem significativa (32,3%) de diplomados da ESTeSL tem uma situação profissional estável (contrato por tempo indeterminado), não obstante terem iniciado recentemente o seu percurso no mercado de trabalho. Existem mesmo cursos em que a maioria tem vínculos estáveis com as organizações em que trabalham (Medicina Nuclear: 70%; Farmácia: 55,6%) - em contraste com outros cursos, com baixa percentagem de vínculos estáveis (Dietética: 0%, Análises Clínicas: 8,7%). Este dado contraria a tendência geral de precarização que se tem vindo a observar em múltiplos contextos de trabalho e sectores de atividade e se tem acentuado nos últimos seis anos. Ainda assim, verifica-se uma grande diferença entre os que exercem a sua atividade em Portugal e noutro país (geralmente no Reino Unido), onde a percentagem dos que têm um vínculo de trabalho estável é de 60,7%.

Em termos de vínculos de natureza mais precária, verifica-se um crescimento relativo dos contratos de prestação de serviços que apresentam agora uma percentagem igual à dos contratos a termo certo (31,3%).

Ainda relativamente a este indicador, assumem pertinência as diferenciações decorrentes do cruzamento com o tipo de instituição onde os diplomados exercem a sua atividade profissional. Os contrastes mais notórios dizem respeito às diferenças observáveis entre os que trabalham em hospitais públicos, face aos que trabalham em hospitais privados ou em clínicas privadas/consultórios. Verifica-se, assim, que a maioria (56,5%) dos que trabalham em hospitais públicos está vinculada por um contrato por tempo indeterminado, ao passo que somente 4,2% dos que trabalham nos hospitais privados têm esse tipo de vínculo, o mesmo sucedendo a 13,5% dos que

trabalham em clínicas privadas/consultórios. O outro contraste diz respeito à situação contratual baseada na prestação de serviços, uma vez que este tipo de vínculo é mais recorrente nos diplomados que trabalham em clínicas privadas/consultórios (56,8%) e em hospitais privados (54,2%) e não tanto entre os que trabalham em empresas (9,1%) ou em hospitais públicos (26,1%), o que denota que a precarização contratual não deixa, em grande medida, de refletir as novas dinâmicas e lógicas do mercado de trabalho, especialmente nas organizações privadas.

Quadro n.º 13 - Remuneração líquida mensal

Remuneração líquida mensal	N	%
Menos de 500 euros	25	10,5
Entre 501 e 1000 euros	159	66,8
Entre 1001 e 1500 euros	30	12,6
Mais de 1500 euros	24	10,1
Total	238	100

Um indicador relevante para aferir as características da inserção profissional dos diplomados é o que se refere à remuneração líquida mensal. Os dados gerais apontam para a evidência de que o escalão remuneratório predominante é o que se situa entre os 501 e os 1000 euros (66,8%). Por outro lado, os salários baixos (menos de 500 euros) mantêm uma presença significativa (10,5%), ainda assim, este valor deve ser relativizado pelo facto de três quartos (75%) dos diplomados que auferem menos de 500 euros trabalharem a tempo parcial. Por sua vez, 10,1% dos diplomados pela ESTeSL em 2014 situam-se no escalão remuneratório mais elevado (mais de 1500 euros) mas, entre estes, apenas 2 (8,3%) trabalham em Portugal, enquanto os restantes 22 (91,7%) trabalham fora do país e 4 (14,3%) não responderam a esta questão.

Mesmo relativizando as diferenças médias salariais entre Portugal e os países que ocupam uma posição central no contexto europeu em termos geopolíticos e económicos (para onde se deslocam a maioria dos diplomados que trabalham fora do país), esta situação não deixa de traduzir mais um indicador, tal como já foi anteriormente referido, das diferenças de oportunidades e

condições de trabalho nos outros países e as que, entretanto, se tornaram mais comuns no contexto nacional, em especial em algumas das áreas das tecnologias da saúde.

O critério regional também é elucidativo do nível das diferenças encontradas, com efeito, as situações salariais mais precárias são mais expressivas na Área Metropolitana de Lisboa (13,8% dos que trabalham nesta região auferem menos de 500 euros), o que não tem praticamente paralelo com as outras regiões (somente no Centro e no Sul é que se verificam situações destas, mas circunscritas, respetivamente a 7,4% e a 5,6% dos licenciados). No caso do escalão remuneratório situado entre os 1001 e os 1500 euros, as diferenças assumem algum significado: auferem esse nível de rendimento 33,3% dos que trabalham na região Norte; 22,2% dos que trabalham na região Centro e apenas 9,9% dos que trabalham na Área Metropolitana de Lisboa.

Outro dado revelador e que de resto apenas vem corroborar muita da evidência científica resultante de trabalhos de investigação cujo enfoque incide sobre as questões de género (Alves, M.G., 2004), diz respeito à diferenciação remuneratória entre os diplomados do sexo masculino e feminino, o que é claramente indicativo da persistência de uma importante dimensão de desigualdade social. Essa diferenciação, já observada há seis anos atrás, continua a existir e é transversal aos vários escalões remuneratórios, assumindo maior expressão no extremo mínimo da escala (12,6% das diplomadas recebem menos de 500 euros, situação que no caso dos diplomados do sexo masculino se verifica em apenas 2,1%) e no escalão compreendido entre os 1001 e os 1500 euros em que as diferenças também se traduzem com alguma expressão (17% dos diplomados auferem esse nível de rendimento, em contraponto a 11,5% das diplomadas). No escalão remuneratório mais elevado (mais de 1500 euros) esta análise tem contornos distintos pois reporta-se geralmente aos que estão a trabalhar fora do país, neste caso as diferenças existem mas assumem uma expressão mais reduzida (12,8% dos diplomados e 9,4% das diplomadas).

5. PERSPETIVAS DOS DIPLOMADOS

O domínio das perspetivas dos diplomados, uma dimensão de teor mais subjetivo, permite aferir o modo como são percecionados e avaliados o grau de adequação das funções desempenhadas, a satisfação com a situação profissional e os projetos e horizontes de futuro, a médio prazo, em termos profissionais.

Quadro n.º 14 - Grau de adequação das funções profissionais relativamente à área de formação

Grau de adequação das funções profissionais relativamente à área de formação	N	%
Totalmente adequadas	115	48,5
Parcialmente adequadas	100	42,2
Pouco adequadas	12	5,1
Nada adequadas	10	4,2
Total	237	100

Em termos gerais, os diplomados pela ESTeSL em 2014 procedem a uma avaliação positiva acerca do grau de adequação das suas funções profissionais relativamente à área de formação (90,7%), sendo mesmo de destacar que quase metade (48,5%) considera que esta adequação é total. Trata-se de uma tendência que reflete e reforça consideravelmente o que já se tinha constatado há seis anos atrás (então a percentagem de respostas no sentido da avaliação positiva deste fator era de 79,3% e a adequação total era expressa por 42,6%). Este resultado é, aliás, transversal a diferentes cursos e áreas científicas que foram objeto de trabalhos de investigação que identificam este mesmo tipo de padrão de avaliação por parte dos diplomados (Alves, M.G., 1998; Chaves, Morais, Nunes, 2009; Gonçalves *et al.*, 2006).

Esta resposta é também transversal aos diferentes cursos da ESTeSL, com uma ou outra particularidade, existem casos em que a maioria identifica uma adequação total entre as funções profissionais e a área de formação (Anatomia

Patológica, Citológica e Tanatológica: 73,7%; Farmácia: 68,2%; Medicina Nuclear: 63,6%; Ortopédica: 62,1%; e Dietética e Nutrição: 61,1%), num dos cursos (Farmácia) todos os diplomados em 2014 a exercer atividade consideraram existir adequação entre as funções desempenhadas e a formação académica.

Quadro n.º 15 - Tarefas não atribuídas no local de trabalho, apesar da capacidade para o seu exercício

Tarefas não atribuídas no local de trabalho, apesar da capacidade para o seu exercício	N	%
Sim	70	29,5
Não	167	70,5
Total	237	100

No prolongamento lógico desta questão, é igualmente importante verificar em que medida os diplomados consideram existir, ou não, tarefas que, na sua opinião, estão desfasadas das capacidades e competências decorrentes da sua formação. Neste aspeto, se é certo que a maioria clara (70,5%) não identifica desfasamentos entre o domínio dos saberes e o domínio das tarefas realizadas (Pinto, 2001), não deixa de ter algum significado o facto de 29,5% do total dos diplomados identificarem esse desfasamento, indicador da contradição existente em muitos locais de trabalho, entre o nível das qualificações académicas exigidas e o desempenho efetivo das tarefas que compõem a atividade profissional, situação potencialmente geradora de uma frustração das expectativas iniciais, formadas e valorizadas na escola e desvalorizadas comparativamente ao capital escolar adquirido, após a integração em organizações do trabalho (Tavares, 2007). Esse valor varia em função dos cursos e conseqüentemente dos respetivos grupos profissionais, mas torna-se particularmente expressivo num dos cursos em que a maioria dos licenciados em 2014 identifica este problema no seu contexto de trabalho (Análises Clínicas e Saúde Pública: 60,9%). Em termos gerais, trata-se igualmente da confirmação de uma tendência identificada há seis anos atrás.

Entre as tarefas realizadas nos contextos de trabalho dos diplomados, mas que estes não têm oportunidade de desempenhar, são identificadas, entre outras,

as análises e procedimentos laboratoriais, para além das colheitas das amostras; a responsabilidade analítica sobre os resultados, nomeadamente, a validação dos mesmos para saída em boletim de análises; a triagem de produtos; a administração de injeções; a observação de sedimentos urinários; a realização de técnicas histoquímicas; os ecocardiogramas, os relatórios de ECG e de Holter; o Eco-Doppler Carotídeo; o estudo da função vascular; o suporte imediato de vida; o acompanhamento de internamento hospitalar; a encomenda de medicamentos e produtos de saúde aos fornecedores; a faturação de receitas medicas; o diagnóstico em Fisioterapia; o planeamento do tratamento em fisioterapia; a eletroterapia; a massagem; a terapia com radiofármacos; a avaliação para ortóteses; as retinografias; as angiografias; a fluoresceínica; a biomedicina de contacto; a tomografia computadorizada; a dosimetria; a saúde ocupacional; a higiene e segurança industrial.

Quadro n.º 16 - Grau de satisfação com a situação profissional atual

Grau de satisfação com a situação profissional atual	N	%
Está muito satisfeito(a)	63	20,9
Está satisfeito(a)	135	44,9
Está pouco satisfeito(a)	65	21,6
Não está nada satisfeito(a)	35	11,6
Não responde	3	1
Total	301	100

Cerca de dois terços (65,8%) dos diplomados pela ESTeSL em 2014 revelam satisfação relativamente à sua situação profissional (44,9% estão satisfeitos e 20,9% muito satisfeitos). Por outro lado, cerca de um terço (33,2%) revela insatisfação (21,6% pouco satisfeitos e 11,6% nada satisfeitos). Trata-se igualmente de um panorama muito convergente com o observado nos dados de há seis anos atrás. Tal como sucede relativamente a outras variáveis, o grau de satisfação varia em função dos diferentes cursos, provavelmente como reflexo de diferentes formas de inserção dos novos profissionais nas diversas áreas funcionais que integram a carreira técnica de diagnóstico e terapêutica. Em alguns casos, impera a insatisfação da maioria dos diplomados face à sua

situação profissional (Análises Clínicas e Saúde Pública: 58,3% e Medicina Nuclear: 57,7%).

O grau de satisfação dos diplomados está condicionado por condições concretas da inserção profissional, designadamente a situação atual relativamente à profissão e o escalão remuneratório. No primeiro caso, as situações mais “extremas” de insatisfação (referem não estar nada satisfeitos) encontram-se justamente entre os desempregados ou que continuam à procura do primeiro (56,3%) e os que continuam a estudar (34,6%). No caso da variável relativa aos escalões remuneratórios, observa-se uma relação muito clara, pois a maioria (68%) dos licenciados que auferem menos rendimento expressam maior insatisfação, ao invés dos que auferem rendimentos mais elevados (apenas 12,5% estão insatisfeitos).

Quadro n.º 17 - Projetos profissionais

Projetos profissionais	N	%
Manter a situação atual	7	2,3
Aumentar a formação	72	23,9
Ter um emprego estável	71	23,6
Progredir na carreira	65	21,6
Aumentar o salário	24	8
Passar a executar outro tipo de tarefas	7	2,3
Mudar de local de trabalho	15	5
Montar um negócio próprio	11	3,7
Trabalhar noutro país	25	8,3
Outro	1	0,3
Não Responde	3	1
Total	301	100

Quando se consideram os projetos profissionais dos diplomados num horizonte temporal de médio prazo (três anos), verifica-se uma convergência genérica em torno de alguns objetivos concretos, nomeadamente “aumentar a formação” (23,9%), “ter um emprego estável” (23,6%) e “progredir na carreira” (21,6%). Estas razões consubstanciam-se, assim, como os principais projetos profissionais da maioria dos licenciados (69,1%).

Por fim, é também de sinalizar o modo como a projeção dos projetos profissionais futuros se articula de forma mais evidente com algumas condições objetivas inerentes ao tipo de inserção profissional dos diplomados, nomeadamente a situação atual relativamente à profissão, assim como a satisfação com a situação profissional. Com efeito, e centrando a análise em particular em dois dos três objetivos que, globalmente, mais refletem os projetos profissionais em termos de horizontes futuros a médio prazo, verifica-se ser os que continuam (exclusivamente) a estudar (34,6%) e os que trabalham na área de atividade do curso concluído na ESTeSL (29,1%) quem pretende sobretudo aumentar a formação, o que não deixa de ser indicativo de que a formação se configura como uma estratégia de aprofundamento de aprendizagens ou de consolidação de competências relevantes para os respetivos contextos profissionais.

Relativamente aos que privilegiam a obtenção de um emprego estável, observa-se que esse horizonte assume maior expressão junto de uma percentagem elevada (46,9%) dos diplomados que estão desempregados ou procuram o 1.º emprego mas também entre os que continuam a estudar (46,2%), o que pode indicar duas hipóteses que, aliás, não são mutuamente exclusivas - a possibilidade do prolongamento da situação de “estudante a tempo inteiro” constituir uma “alternativa” face às eventuais dificuldades de inserção no mercado de trabalho (esta hipótese reforça-se consideravelmente em função da constatação de que 69,2% dos que continuam exclusivamente a estudar também estão desempregados ou à procura do primeiro emprego) (i) e/ou consubstanciar-se como um investimento futuro no sentido de obtenção de um emprego estável (ii).

6. SÍNTESE DAS TENDÊNCIAS PRINCIPAIS

A análise comparativa dos dados relativos à inserção profissional dos diplomados que terminaram os respectivos cursos na ESTeSL em 2007/2008 e em 2014 permite concluir que se confirmam atualmente a maior parte das tendências identificadas há seis anos, no estudo anterior.

Esta conclusão aplica-se totalmente à análise dos indicadores referentes ao percurso escolar, seja a motivação principal para o ingresso no(s) curso(s) que se prende com a sua inserção na área da saúde (não obstante as diferentes leituras que esta resposta pode assumir) ou a avaliação retrospectiva positiva dos percursos escolares (em ambos os casos constituem tendências dominantes que atualmente se confirmam e reforçam de forma mais acentuada), também se confirma a proporção dos que têm alguma forma de ligação ao mundo do trabalho durante a frequência do curso (entre 2007/2008 e 2014, mantém-se estável com uma ligeira descida), observa-se igualmente, nos últimos anos, uma redução dos investimentos escolares de natureza pós-graduada por parte dos diplomados da ESTeSL, contudo trata-se de uma redução pouco acentuada comparativamente ao período anterior.

A comparação entre a inserção no mercado de trabalho dos diplomados pela ESTeSL em 2014 e nos anos de 2007/2008 revela também diferenças pouco acentuadas.

Os dados relativos ao desemprego mantêm-se estáveis, apesar de se tratar de um período de forte recessão económica e de aumento do desemprego a nível nacional e que se reflete transversalmente em diversas áreas de atividade profissional, incluindo as que correspondem aos cursos ministrados pela ESTeSL.

Quanto ao tipo de instituição em que é exercida a atividade profissional principal, confirmam-se e acentuam-se as tendências já identificadas anteriormente, da diluição da tradicional centralidade das instituições hospitalares públicas na inserção profissional dos diplomados da ESTeSL que

passa a ocorrer prioritariamente no setor privado, num contexto de diversificação das instituições empregadoras.

A tendência relativa ao regime em que é exercida a atividade profissional principal não se altera, mantendo-se a relação entre a proporção dos diplomados que trabalham a tempo inteiro e a tempo parcial, sucedendo o mesmo relativamente à acumulação do exercício profissional.

Contrariamente ao que seria expectável, considerando a tendência geral de precarização que se tem vindo a observar nos últimos anos, nos diferentes contextos de trabalho, não se verificam importantes alterações relativamente ao tipo de vínculos laborais, em que uma proporção significativa de recém-diplomados da ESTeSL tem uma situação profissional estável, não obstante terem iniciado recentemente o seu percurso no mercado de trabalho. Esta situação predomina entre os diplomados que trabalham em hospitais públicos e de forma ainda mais acentuada entre os que trabalham noutro país. Os resultados relativos à distribuição em termos de valores remuneratórios também não se alteraram significativamente.

Relativamente às perspetivas dos diplomados sobre o grau de adequação das funções desempenhadas e o grau de satisfação com a sua situação profissional, também se confirmam e reforçam as tendências verificadas anteriormente, para a avaliação positiva acerca do grau de adequação das suas funções profissionais à área de formação (agora consideravelmente mais acentuada), das oportunidades de execução de tarefas eventualmente mais complexas (agora ligeiramente mais acentuada) e da satisfação com a sua situação atual (agora ligeiramente mais acentuada). Também não se verificam alterações significativas relativamente aos projetos profissionais de médio prazo.

A distribuição geográfica dos locais de trabalho destes diplomados continua a concentrar-se na Área Metropolitana de Lisboa, a alteração que se verifica a este nível prende-se com um fenómeno social relativamente recente que reporta à emigração de mão-de-obra qualificada do setor da saúde.

As alterações mais significativas observam-se nos modos de inserção profissional, nomeadamente no que se reporta à diminuição da inserção em

atividades profissionais diretamente relacionadas com o(s) curso(s) realizado(s), ao tempo necessário à concretização dos processos de transição para o mercado de trabalho que agora é, em média, mais longo. Por sua vez, aumenta o peso dos estágios profissionais na inserção dos diplomados no mercado de trabalho e são cada vez mais os que prosseguem os estudos em exclusividade (8,6%), comparativamente aos diplomados de 2007 e 2008, seja por se tratar de um recurso face às dificuldades de inserção profissional, seja por se tratar de um investimento futuro na carreira profissional. As formas predominantes de inserção no mercado de trabalho também se alteraram significativamente em termos comparativos, diminuindo o peso relativo do património das relações sociais em detrimento de formas aparentemente mais alinhadas com os mecanismos da oferta e da procura, sugestivas da existência de uma articulação mais sequencial entre qualificação e trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alves, Mariana Gaio (1998), *Inserção na vida ativa de licenciados: a construção de identidades sociais e profissionais*, Sociologia - Problemas e Práticas, n.º 26, pp.131-147.

Alves, Mariana Gaio (2004), *A inserção profissional de diplomados de ensino superior. Uma abordagem sociológica*, Actas do V Congresso Português de Sociologia, Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.

Alves, Mariana Gaio (2010), *A inserção profissional de graduados em Portugal: notas sobre um campo de investigação em construção* in Marques, Ana Paula e Alves, Mariana Gaio (coord), «Inserção profissional de graduados em Portugal - (re)configurações teóricas e empíricas, Ribeirão: Húmus.

Alves, Natália (2005), *Trajetórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados pela Universidade de Lisboa, 1999-2003*, Lisboa: Divisão de Planeamento e Gestão da Universidade de Lisboa.

Alves, Natália (2009), *Inserção Profissional e Formas Identitárias. O caso dos licenciados da Universidade de Lisboa*, Lisboa: Educa/Unidade de I&D em Ciências da Educação.

Alves, Nuno de Almeida; Cantante, Frederico; Baptista, Inês e Carmo, Renato Miguel (2011), *Jovens em transições precárias. Trabalho, quotidiano e futuro*, Lisboa: Mundos Sociais.

Chaves, Miguel (2007), *A inserção profissional dos diplomados em Portugal*, Le Monde Diplomatique, disponível em <http://pt.mondediplo.com/spip.php?article82>.

Chaves, Miguel; Morais, César e Nunes, João Sedas (2009), *Os diplomados do ensino superior perante o mercado de trabalho: velhas teses catastrofistas, aquisições recentes*, Fórum Sociológico, 19 (2.ªa série), pp. 83-98.

Gonçalves, Fernando *et al.* (2006), *Percursos de empregabilidade dos licenciados: Perspectivas europeia e nacional*, Análise Psicológica, 1 (XXIV), pp.99-114.

Marques, Ana Paula (2009), «Novas» legitimidades de segmentação do mercado de trabalho de jovens diplomados, *Revista Portuguesa de Educação*, Vol.22 (2), pp.85-115.

Marques, Ana Paula (2012), *Mercados de Trabalho no sector da saúde: profissionalismo, paradoxos e dilemas da regulação*, Braga: Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS)/Universidade do Minho, pp. 127–39.

Ministro, Antonieta (coord.) et al., (2010), *Retrato da situação no mercado de trabalho das pessoas com ensino superior em Portugal – 1998/2008*, Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (Colecção Cogitum nº36).

Oliveira, Luísa; Carvalho, Helena e Veloso, Luísa. (2011), *Formas atípicas de emprego juvenil na União Europeia*, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 66, pp. 27-48.

Parente, Cristina et al., (2011), *Efeitos da escolaridade nos padrões de inserção profissional juvenil em Portugal*, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 65, pp. 69-93.

Pinto, José Madureira (2001), *Ciências e progresso: convicções de um sociólogo*, *Cadernos de Ciências Sociais*, nº21-22, pp.33-69.

Tavares, David (2007), *Escola e identidade profissional - o caso dos técnicos de cardiopneumologia*, Lisboa: Colibri / IPL.

Tavares, David; Silva, Carina; Raposo, Hélder; Medeiros, Nuno; Correia, Patrícia; Silva, Teresa Denis (2011), *Inserção profissional dos diplomados da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa* (Relatório de Pesquisa), Lisboa: Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa.

Tavares, David (2013), *Tendências dos processos de profissionalização no campo da saúde*, *Saúde & Tecnologia*, Suplemento Julho, pp. 11-15.

